

Organização
José Francisco Meirinhos
Paula Oliveira e Silva

AS DISPUTAÇÕES METAFÍSICAS
DE FRANCISCO SUÁREZ

ESTUDOS E ANTOLOGIA DE TEXTOS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2011

**AS DISPUTAÇÕES METAFÍSICAS DE FRANCISCO SUÁREZ
ESTUDOS E ANTOLOGIA DE TEXTOS**

Organização: José Francisco Meirinhos / Paula Oliveira e Silva

Capa: Fábrica Mutante

© Autores e Gabinete de Filosofia Medieval / FLUP

Ed. da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Edições Húmus, Lda., 2011

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 252 301 382 Fax: 252 317 555

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.^a edição: Dezembro de 2011

Depósito legal: 338223/11

ISBN: 978-989-8549-35-8

TÁBUA DE CONTEÚDO

| | |
|---|-----|
| <i>Ao leitor, sobre a Metafísica como ciência humana</i> , José Meirinhos | VII |
| Colaboram neste volume | XV |

ESTUDOS

| | |
|--|---|
| Paula Oliveira e Silva <i>As Disputações Metafísicas nas encruzilhadas da razão ocidental</i> | 3 |
|--|---|

I – A CIÊNCIA 'METAFÍSICA'

| | |
|--|----|
| Costantino Esposito <i>'Habere esse de essentia sua'. Francisco Suárez e a construção de uma Metafísica barroca</i> | 33 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| Adelino Cardoso <i>Identidade entre essência e existência: Significado de uma tese suareziana</i> | 53 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| Ángel Poncela González <i>Ens realis et realitas objectalis: La determinación suareciana del objeto de la Metafísica</i> | 65 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento <i>A subalternação das ciências e sua não aplicação à relação das demais ciências com a Metafísica</i> | 91 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| José Jivaldo Lima <i>Os sentidos de 'substância' e 'acidente' na Disputação Metafísica XXXIX de Francisco Suárez</i> | 99 |
|---|----|

II – TRANSCENDENTAIS

| | |
|--|-----|
| Paulo Faitanin <i>De unitate individuale eiusque principio. Francisco Suárez y el principio de la unidad individual de la sustancia</i> | 115 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| Santiago Orrego <i>Distinctio: Los «géneros de distinción» – Su sentido e importancia en la ontología de Suárez</i> | 135 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| Paula Oliveira e Silva <i>Que significa ‘verum’ no conhecimento? O conceito de veritas cognitionis na Disputação VIII, Secções I e II</i> | 173 |
| Roberto Hofmeister Pich <i>O transcendental verum na Disputatio VIII, 7, das Disputationes Metaphysicae de Francisco Suárez</i> | 205 |
| III – CAUSALIDADE | |
| Marta Mendonça <i>Causas contingentes e causas livres – o determinismo de Suárez na Disputatio XIX</i> | 231 |
| Cruz González-Ayesta <i>Duns Scotus’s Influence on Disputation XIX</i> | 257 |
| Manuel Lázaro Pulido <i>Comentário a la Disputatio XXV: Causalidad ejemplar</i> | 293 |
| ANTOLOGIA das Disputações Metafísicas | |
| Razão e percurso de toda a obra. Ao Leitor | 323 |
| Proémio | 327 |
| Disputação I, seção I | 329 |
| Disputação I, seção V | 351 |
| Disputação V, seções I, II, III, V, VI | 355 |
| Disputação VII, secção I | 433 |
| Disputação VIII, secções I a V | 457 |
| Disputação VIII, seções VII e VIII | 497 |
| Disputação XXXI, secção III | 535 |
| Disputação XXXIX, secção I | 541 |
| ÍNDICES | |
| <i>Autores Antigos, Medievais e do Renascimento</i> | 555 |
| <i>Autores Modernos e Contemporâneos</i> | 559 |
| <i>Índice temático de Francisco Suárez</i> | 563 |

DISPUTAÇÃO I

SEÇÃO I*

A NATUREZA DA FILOSOFIA PRIMEIRA OU METAFÍSICA

Os vários nomes da metafísica

Para dar início, como convém, pelo nome, são vários os nomes atribuídos a esta disciplina, em parte por Aristóteles, em parte por outros autores. Com efeito, é chamada, em primeiro lugar, sabedoria na *Metafísica* I, c. 2 porque disputa a respeito das causas primeiras das coisas, das coisas mais elevadas e difíceis e, de certo modo, de todos os entes. Nem importa que seja chamada prudência na *Metafísica* I; com efeito, este cognome não lhe foi aplicado de maneira própria, mas por uma certa analogia, pois assim como a prudência deve ser procurada sobretudo no que se refere à prática, assim também esta sabedoria no que se refere à especulação. Em seguida é denominada de maneira absoluta e como que por antonomásia filosofia no livro IV da *Metafísica*, texto 5, onde é também denominada filosofia primeira no texto 4 e no livro VI, texto 3. Com efeito, a filosofia é a busca da sabedoria; ora, esta busca, dentro da ordem da natureza, é aplicada sobretudo na aquisição desta ciência, visto ser ela a sabedoria e versar sobre o conhecimento das coisas divinas. Donde ser, por outro lado, chamada de teologia natural no livro VI da *Metafísica*, c. 1 e no livro XI, c. 6, pois constitui um discurso sobre Deus e o divino, o quanto seja possível ter-se pelo lume natural, pelo que foi denominada também metafísica, nome que recebeu, não tanto de Aristóteles mas de seus intérpretes, mas que foi tomado da inscrição que Aristóteles antepôs aos seus livros de metafísica, a saber: *tōn metὰ τὰ φυσικὰ*, isto é, sobre aquelas coisas que se seguem às ciências ou coisas naturais. Com efeito, esta ciência abstrai das coisas sensíveis ou materiais (que são chamadas de físicas porque a filosofia natural versa sobre elas) e considera as coisas divinas e separadas da matéria e os constitutivos nocionais comuns do ente, que podem existir sem matéria; assim, foi chamada de metafísica, como que colocada depois da física ou além da física. Digo «depois», não em dignidade ou na ordem da natureza, mas da aquisição, da

* Tradução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento.

Francisco Suárez, *Disputationes metaphysicae*. Disputatio I, Sectio I, in *Opera omnia*, Editio nova. Ed. C. BERTON, apud L. Vivès, Vol. 25, Paris 1861, pp. 1-12.

geração ou da descoberta. Ou, se o entendermos da parte do objeto, as coisas das quais esta ciência trata são ditas estar depois dos entes físicos ou naturais porque superam sua ordem e estão colocadas num grau mais elevado das coisas. A partir do que esta ciência foi finalmente chamada de a principal e senhora das outras, no VI da *Metafísica* c. 1 e no livro XI, c. 6, que ultrapassa em dignidade e confirma e estabelece de algum modo os princípios das outras. Ora, todos estes nomes foram recebidos a partir do objeto ou matéria a respeito da qual versa esta doutrina, como pode ser facilmente constatado a partir de seus constitutivos nocionais e interpretações. Com efeito, é costume impor, pelos sábios, nomes a cada uma das coisas, tendo primeiro considerado a natureza e dignidade de cada uma, como Platão ensinou no *Crátilo*. Ora, a natureza e dignidade de cada ciência depende mais que tudo do objeto; por isso, o que deve ser investigado primeiro que tudo por nós é o objeto ou sujeito desta doutrina, o qual conhecido, constará facilmente quais são as funções, qual a necessidade ou utilidade e quanta é a dignidade desta sabedoria.

SEÇÃO I

Qual é o objeto da metafísica

1. Vários são os pareceres a respeito deste assunto que devem ser anotados e examinados um por um e brevemente para entendermos exatamente de quais coisas nos é preciso tratar na exposição desta doutrina, de tal modo que nem ultrapassemos seus limites nem deixemos sem tocar algo contido dentro deles.

EXPÕEM-SE A PRIMEIRA E SEGUNDA OPINIÕES

2. O primeiro parecer é pois que o ente tomado o mais abstratamente na medida em que compreende sob si, não apenas os entes reais, tanto por si quanto por acidente mas também os entes nocionais, é o objeto adequado desta ciência. A qual opinião se persuade, primeiro, porque o ente assim tomado pode ser objeto adequado de alguma ciência; portanto, mormente desta que é a mais abstrata de todas. O antecedente é manifesto, tanto porque o ente em toda esta extensão apresenta-se ao intelecto; portanto, pode também apresentar-se a uma ciência, pois trata-se do mesmo constitutivo nocional, como também porque, assim como o intelecto entende tudo isso, assim também esta ciência disserta sobre tudo isso, a saber sobre os entes nocionais e reais, tanto sobre os entes por si como por acidente; portanto, se por essa causa estão contidos sob o objeto do intelecto, por uma semelhante

devem estar contidos sob o objeto adequado desta ciência; portanto, o ente, na medida em que se apresenta a esta ciência, deve ser tomado sob essa abstração e extensão pela qual compreende diretamente tudo isso.

Do mesmo modo devem ser tomados os atributos comuns dos quais esta ciência trata, quais sejam a unidade, a multiplicidade, a verdade e semelhantes. Donde, argumento, em segundo lugar, pois para a perfeição e amplidão desta ciência, cabe que separe e distinga tudo isto e ensine a respeito de tudo, seja o que for que pode ser sabido por conhecimento certo a respeito disto. Pois isto cabe mormente ao constitutivo nocional da sabedoria; portanto, todos estes entes, de acordo com seus constitutivos nocionais comuns estão contidos diretamente sob o objeto adequado desta ciência. Em terceiro lugar, pois, se algo impedisse que o ente assim tomado pudesse ser objeto, mormente, porque não é unívoco, isto não importa, pois basta que seja análogo. De outro modo, nem poderia ser comum aos acidentes reais e substâncias criadas e incriada. Ora, o ente, posto que é análogo, compreende também os entes nocionais como pode ser coligido a partir do livro IV^o da *Metafísica*, texto 2, onde Aristóteles subordina as privações, negações ou não-entes à analogia do ente, na medida em que são inteligíveis. Portanto, o ente análogo deste modo pode ser objeto adequado desta ciência mormente porque tudo isto está compreendido sob a abstração adequada desta ciência, que é de toda matéria sensível e inteligível, pois todos estes constitutivos nocionais dos entes podem ser encontrados sem tal matéria. Enfim, os entes nocionais são incluídos de tal modo nas propriedades mesmas que são demonstradas a respeito do ente em comum nesta ciência, de modo que sem estes, estas não podem ser entendidas, como veremos depois. Portanto, é necessário que esta ciência dispute a respeito deles.

3. Nem é suficiente, se alguém disser que, de fato, esta ciência disserta sobre estes entes, não porém, por si e por serem visados como objeto, mas de passagem e na medida em que se ocupa de algo de outro, ou para explicar melhor seus objetos, ou porque o conhecimento destes é obtido facilmente a partir do conhecimento do objeto. Isto (digo) não é suficiente, pois, as razões apresentadas parecem provar mais; de contrário, o mesmo poderia ser dito sobre os acidentes e até mesmo sobre as substâncias criadas. Sobre tudo porque tais entes nocionais e semelhantes são cognoscíveis cientificamente por si e muito é naturalmente conhecido e demonstrado sobre eles e não há nenhuma outra ciência à qual isto pertença por si. Com efeito, embora alguns atribuam isto à dialética, isto não pode ser dito de modo geral sobre todos os entes nocionais, mas no máximo, sobre algumas relações que são consequentes às operações do intelecto, nem o dialético investiga por si sobre elas, como participam do constitutivo nocional do ente e suas propri-

idades, mas, nisto toca apenas de passagem, o quanto é necessário para explicar as concepções do intelecto e as denominações provenientes destas.

4. A segunda opinião pode ser: o objeto desta ciência é o ente real em toda sua amplitude, de tal modo que não compreenda diretamente os entes nocionais, pois não têm entidade e realidade, mas abranja não apenas os entes por si, mas também os entes por acidente, pois estes também são reais e participam verdadeiramente do constitutivo nocional de ente e suas propriedades; sobre estes procedem com mais peso as razões apresentadas em confirmação da opinião anterior. Pode confirmar-se, pois algumas ciências particulares têm entes por acidente como objeto; ora, o objeto desta ciência abarca diretamente todos os objetos das ciências particulares; logo.

REFUTAM-SE AS DUAS PRIMEIRAS OPINIÕES

5. No entanto, estas duas opiniões opõem-se manifestamente a Aristóteles no livro VI^o da *Metafísica*. Pois, antes de tudo, quanto ao que concerne aos entes por acidente, na medida em que são tais, não podem estar contidos sob uma ciência, como Aristóteles prova aí mesmo, texto 4. Com efeito, chama-se aqui «ente por acidente» não sob o constitutivo nocional de efeito, mas sob o constitutivo nocional de ente, isto é, não porque se efetue por acidente ou contingentemente e à parte da intenção do agente, mas que em si verdadeiramente não é uno, mas um certo agregado de muitos; sobre esta distinção diremos mais, abaixo, tratando da unidade. Como, portanto, este ente por acidente não é uno, mas um agregado de muitos, não pode ter nem definição própria, nem afecções reais que sejam demonstradas dele e por isso não pode estar contido sob uma ciência. Se tal ente for considerado na medida em que de algum modo é uno e sua unidade de algum modo está na coisa, já não se considera tal ente como completamente por acidente, mas como de algum modo compreendido sob a amplitude do ente por si, embora talvez ocupe nela algum grau imperfeito. Com efeito, há vários modos de ente por si e por acidente, como explicaremos no devido lugar, ao tratar da unidade. Por isso, disse que o que foi dito refere-se ao ente por acidente na medida em que é tal; pois, ele, como tal, não é ente, mas entes e, por isso, não está compreendido diretamente sob o objeto de uma ciência, mas de várias, às quais podem pertencer os entes por si dos quais consta tal ente por acidente, como Santo Tomás notou no mencionado livro VI^o da *Metafísica*, lição 4. Se, porém, aquela unidade não estiver na coisa, mas apenas na apreensão ou concepção, tal ente como tal não será dito verdadeiramente real. Onde, caber-lhe-á o mesmo constitutivo nocional que aos demais entes nocionais. Estes, porém, são excluídos da consideração direta

desta ciência pelo próprio Aristóteles, no fim do livro VIº da *Metafísica*, como notaram todos os intérpretes. A razão é que tais, nem são verdadeiramente entes, mas quase apenas quanto ao nome, nem se reúnem com os entes reais no mesmo conceito de ente, mas apenas por uma certa analogia de proporcionalidade imperfeita, como veremos abaixo; ora, o objeto adequado de ciência requer alguma unidade objetiva.

6. *Porque os entes nocionais são excluídos do objeto desta ciência.*

Donde, não vir ao caso que, às vezes, Aristóteles tenha explicado a analogia do ente, na medida em que se estende a estes entes, pois, aí não estava indicando o objeto desta ciência, mas explicando a significação da palavra para eliminar a equivocação. Depois, no entanto, no lugar apropriado, ensinou que o ente não é objeto de acordo com toda esta analogia, que consiste mais na unidade da palavra do que do objeto. Por isso, semelhante constitutivo nocional não se refere também aos acidentes reais, pois estes são verdadeiramente entes e estão compreendidos de algum modo sob a unidade do conceito objetivo de ente, como veremos posteriormente. Nem é necessário que tudo que de algum modo é considerado numa ciência esteja contido diretamente sob o seu objeto adequado, pois, há muito que é considerado de passagem, por uma certa analogia ou redução ou para que, por meio do conhecimento disto, o próprio objeto seja mais esclarecido, ou porque, conhecido o objeto, os demais são conhecidos por analogia com ele e, talvez, não possam ser conhecidos de outra maneira. Também não é necessário que as propriedades do sujeito, que são demonstradas do mesmo, estejam contidas sob o próprio objeto, ao menos de acordo com tudo que incluem. Assim, portanto, embora esta ciência considere muito do que se refere aos entes nocionais, são corretamente excluídos do objeto por si e diretamente intencionado (a não ser que alguém queira discutir a respeito do nome) por ambas as causas mencionadas. Pois, em primeiro lugar, os entes nocionais são considerados de algum modo nesta ciência, não porém, por si, mas por causa de certa proporcionalidade que têm com os entes reais, e como se distinguem deles e para que se conceba melhor e mais claramente o que tem entidade e realidade nos entes e o que não tem verdadeiramente senão sua aparência apenas. Donde (por assim dizer) estes entes nocionais serem considerados mais para que seja conhecido que não são entes, do que para que se adquira ciência ou conhecimento deles. Depois são considerados para que sejam esclarecidas as propriedades do ente real e do objeto desta ciência, que não são suficientemente concebidos e explicados por nós a não ser por meio de tais entes nocionais. Com efeito, esta ciência trata de algum modo do gênero e da espécie de modo a explicar as unidades das coisas e assim dos demais, como se colige do livro IV da *Me-*

tafísica, c. 1 e 2 e do livro VI e VIII e constará mais com a exposição da matéria. Além disso, frequentemente tratam-se destes entes em razão de algum fundamento real que têm nas coisas, ou pelo menos porque o próprio fundamento não pode ser suficientemente conhecido, nem sua realidade ser explicada por nós, a não ser que expliquemos quais denominações nocionais aí se misturam.

7. *Os fundamentos das opiniões precedentes são retirados.* – Portanto, os argumentos das opiniões precedentes provam, de fato, que tais entes são considerados nesta ciência, mas não que sejam partes diretamente contidas sob o objeto dela. Até mesmo, como estimo, não pertencem por si e primeiramente a nenhuma ciência, pois, como não são entes, mas antes faltas dos entes, não são cognoscíveis cientificamente por si mas na medida em que são desprovidas do verdadeiro constitutivo nocional dos entes que são considerados por si ou na medida em que parecem de algum modo acompanhá-lo. Do primeiro modo, o filósofo trata da cegueira, das trevas e do vácuo, na medida em que são ausências e privações da vista, da luz e de lugar real. Do segundo modo, muitos tratam das relações ou das denominações nocionais, o dialético, na medida em que cabe a ele dirigir e ordenar os conceitos reais da mente, dos quais as denominações nocionais são tomadas e nos quais estas relações nocionais se fundam; mas são consideradas ou podem ser consideradas também pelo filósofo, na medida em que ele e por si especula propriamente sobre as operações do intelecto, não só diretas como também reflexas e seus objetos. Nesta ciência, porém, são consideradas pelas razões já ditas.

A TERCEIRA OPINIÃO É EXPOSTA

8. Portanto, deixados de lado estes pareceres que ampliavam demais o objeto desta ciência, há vários outros que o restringem demais. Assim, a terceira opinião, oposta ao extremo, considera objeto adequado desta ciência, apenas o supremo ente real (isto é, Deus). Alberto menciona esta opinião no princípio da *Metafísica* I, tratado 1, a. 2, a partir do livro de Alfarabi *Sobre a divisão das ciências* c. 14 e pode ser atribuída a Averróis I *Física*, ult. com. Com. 83. Com efeito, critica Avicena pelo fato de que teria dito que cabe ao filósofo primeiro demonstrar que há um primeiro princípio. Mas (Averróis objeta) que nenhuma ciência demonstra que seu objeto se dá. Deus, porém, ou primeiro princípio é o objeto de toda a filosofia. Aristóteles também no princípio do livro I da *Metafísica* diz que esta ciência considera a causa primeira das coisas e, por isso, é sobretudo divina, pelo que, como vimos, denomina-a teologia; ora, a teologia nada mais é que a ciência sobre Deus.

Portanto, Deus será o objeto desta ciência, pois a ciência recebe sua dignidade e excelência a partir do objeto, bem como os atributos e nomes pelos quais tal dignidade é indicada. Ora, o objeto mais excelente é Deus; portanto, este deve ser o objeto da ciência mais excelente e mais digna.

9. *Responde-se a uma objeção* – Nem satisfará quem responder que Deus é o objeto principal desta ciência e isto ser suficiente para tal dignidade e designação desta ciência, embora não seja o objeto adequado. Contra isto insta, com efeito, um argumento. Primeiro, porque é mais nobre e mais excelente ter Deus como objeto adequado do que apenas como principal; ora, esta ciência é a mais nobre de todas que podem ser adquiridas pela luz natural do intelecto; portanto, Deus é o objeto adequado dela. Prova-se o primeiro antecedente, pois Deus de acordo com seu constitutivo nocional próprio é algo mais nobre do que poderia ser qualquer constitutivo nocional comum a Deus e às criaturas como consta por si, pois Deus, de acordo com seu constitutivo nocional próprio é o ente infinitamente perfeito; mas, todo outro constitutivo nocional mais abstrato, por si não expressa nem requer a perfeição infinita; ora, aquela ciência que tem por objeto adequado Deus, tende para ele imediatamente e por si em primeiro lugar de acordo com o constitutivo nocional próprio dele; ora, aquela ciência que diz respeito apenas a Deus como objeto principal, pode ao máximo versar por si em primeiro lugar a respeito de algum constitutivo nocional do ente comum a Deus e às criaturas; logo aquela primeira ciência será de longe mais nobre, pois a nobreza de uma ciência se toma daquele objeto para o qual tende por si e em primeiro lugar. O que pode ser também explicado e confirmado através de exemplos, pois o intelecto divino é o mais nobre de todos e por isso tem por objeto adequado somente Deus e não atinge nada de outro senão na medida em que é manifestado no próprio Deus ou por ele. Semelhantemente, a visão beatífica é mais nobre tendo Deus por objeto adequado do que se atingisse imediatamente a Deus e algo de outro, sob algum constitutivo nocional comum. Enfim, por esta causa a teologia sobrenatural é considerada ter por objeto adequado somente Deus como revelado sobrenaturalmente; logo, pela mesma razão Deus, como cognoscível pela luz natural de nosso intelecto, será o objeto adequado desta teologia natural. Podemos até mesmo argumentar que Deus não pode ser o objeto principal desta ciência se não for adequado, pois Deus e a criatura não podem se reunir sob algum constitutivo nocional comum de objeto cognoscível; portanto, ou Deus deve ser dito objeto adequado desta ciência ou deve ser completamente excluído do objeto dela. O antecedente é manifesto, primeiro pois Deus é, de longe, um objeto inteligível, de um outro constitutivo nocional e mais eminente do que seja todo objeto criado e Deus dista mais, em abstração e imaterialida-

de, de qualquer objeto criado do que distam todos os entes criados, de acordo com seus próprios constitutivos nocionais; ora, todos os objetos criados não podem reunir-se, de acordo com seus próprios constitutivos, sob um objeto adequado desta ciência; portanto, muito menos poderão reunir-se, Deus e os demais entes criados. Em seguida, pois o objeto comum é anterior por natureza aos que estão contidos sob ele, pois é superior a eles e com eles a consequência no subsistir não se converte ora, nada pode ser anterior por natureza a Deus; logo, não pode ser objeto principal contido sob algum outro; será, portanto, adequado.

10. *Resolve-se uma objeção* – Se objetares que esta ciência disserta não apenas sobre Deus, mas sobre muitas outras coisas, respondem que o demais não é tratado nesta ciência por si ou para si, mas na medida em que pode contribuir para o conhecimento de Deus. Assim, Aristóteles encerra a ciência sobre Deus no livro XII da *Metafísica*, mas tudo o que transmite nos livros anteriores refere-se a este último como à conclusão visada principalmente. Donde, Sto. Tomás, na I^a II^{ae}, q. 57, a. 2 e Cajetano em seu comentário dizerem que esta ciência versa a respeito daquilo que é último a respeito de todo conhecimento e julga sobre todos os princípios por resolução nas causas primeiras, o que é interpretado por Cajetano acerca da primeira ou mais elevada causa, que contém eminentemente os constitutivos nocionais primeiros do causar e que são universais e pertencem pura e simplesmente à perfeição, como são o fim, a eficiente, o exemplar, pois a matéria e a forma não são universais e incluem imperfeição.

REJEITA-SE A TERCEIRA OPINIÃO

11. No entanto, este parecer não deve ser aprovado; com efeito, é incompatível com Aristóteles e quase todos os demais filósofos e seus comentadores, como veremos. É também incompatível com a própria (por assim dizer) experiência e a doutrina, que se costuma transmitir nesta ciência e que é tida como necessária para sua perfeição e completude. Pois, nela está contido e é ensinado muito do que é por si necessário para o conhecimento de outras coisas, além de Deus, e para a perfeição do intelecto humano, na medida em que pode versar sobre o conhecimento de tais coisas ou dos constitutivos nocionais e princípios comuns, e que, nada ou muito pouco conduzem ao conhecimento de Deus e nem se referem a isto, nem pelo modo ou constitutivo nocional de tal ciência, seja o que for da intenção do cognoscente. Há, enfim, uma razão *a priori*, pois, como esta ciência procede com discurso natural, não atinge Deus na medida em que é em si, mas o quanto pode ser manifestado a partir das criaturas pela luz natural do inte-

lecto humano; por isso, não pode haver nenhuma ciência natural, que o atinja e lhe diga respeito como objeto adequado, porque o constitutivo nocional sob o qual é atingido é sempre comum às demais coisas criadas. Donde, constar que se diz corretamente, ao tratar do fundamento do parecer acima, que Deus está contido sob o objeto desta ciência como o objeto primeiro e principal, mas não como adequado.

12. Respondem-se as instâncias ou réplicas. À primeira, concedemos que é uma grande excelência para uma ciência ter Deus por objeto, para o qual somente tenda por si e primariamente, e por ele, para o resto. Dizemos, porém, que esta perfeição supera as forças naturais do engenho humano e as ciências que podem ser adquiridas por elas; por isso, embora esta ciência seja a mais nobre dentro de sua ordem, nem por isso se deve atribuir-lhe uma perfeição tão grande. Nem deve ser comparada com o intelecto divino e a visão beatífica, quanto a isto; até mesmo, nem com a teologia sobrenatural que procede sob uma luz mais elevada e princípios mais elevados. Contudo, nem sobre a teologia sobrenatural consta que somente Deus é o objeto adequado dela; de fato, muitos consideram que, não Deus, mas o ente revelado é o objeto adequado desta doutrina, pois a revelação divina, que é o constitutivo formal sob o qual deste objeto, pode incidir igualmente em Deus e as demais coisas, o que concerne à capacidade e constitutivo nocional de conhecimento, embora quanto ao constitutivo nocional de fim e quanto à excelência da coisa revelada Deus supere tudo e, por isso, costuma ser dito ou objeto principal ou, pura e simplesmente, objeto, considerando as coisas praticamente ou em ordem aos costumes. Mas, sobre isto, em outra ocasião.

13. *Se Deus pode reunir-se com as criaturas no constitutivo nocional do objeto.* Por último responde-se que não é incompatível que Deus, como conhecido pelas criaturas, se reúna com elas em algum constitutivo nocional comum do objeto; pois, embora no seu ser e de acordo consigo mesmo diste mais de qualquer criatura do que as mesmas entre si, de acordo com o que pode ser manifestado dele por ciência natural e de acordo com o constitutivo nocional e o modo pelo qual pode ser manifestado a partir das criaturas, pode ser encontrada maior proporção e reunião entre Deus e as criaturas do que entre algumas criaturas entre si. Nem é necessário, para constituir tal objeto adequado, que compreenda Deus sob si, que se dê algo ou algum constitutivo nocional de ente, que seja anterior por natureza a Deus, mas basta que se dê de acordo com a abstração ou consideração do intelecto, o que não é incompatível, como mostramos abaixo ao tratar do conceito de ente. Com efeito, assim como pode ser entendida alguma reunião ou semelhança imperfeita entre Deus e as criaturas no constitutivo nocional de

ente, de substância ou de espírito, assim podem dar-se, de acordo com um constitutivo nocional, alguns conceitos anteriores a Deus na universalidade da predicação; esta, porém, não é uma prioridade de natureza nem segundo o constitutivo nocional de causalidade, como consta por si, nem segundo o constitutivo nocional de independência ou prioridade no subsistir; pois todo constitutivo nocional, comum a Deus e às criaturas, por mais que seja abstraído, assim se compara a Deus de modo que não pode existir na natureza das coisas, a não ser no próprio Deus ou dependentemente de Deus e por isso não pode ser anterior, por natureza, ao próprio Deus.

REFUTA-SE A QUARTA OPINIÃO

14. *São aduzidos dois testemunhos de Aristóteles para este parecer.* – A partir do já dito contra o precedente parecer, são excluídos facilmente dois outros, certamente, pouco prováveis. A quarta opinião é, pois, que a substância ou o ente imaterial, na medida em que inclui em si apenas Deus e as inteligências é o objeto adequado desta ciência. Esta opinião costuma ser atribuída ao Comentador, *Física*, liv. I, último comentário. Mas, aí diz apenas que as inteligências pertencem por si ao objeto desta ciência, mas não que são o objeto adequado. Esta opinião pode, no entanto, ser sustentada a partir da exposição ou divisão das ciências; com efeito, omitidas as ciências racionais, que antes são certas artes e tratam das palavras ou dos conceitos, e as ciências matemáticas, que não se ocupam com a substância, mas apenas com a quantidade, entre as ciências que se ocupam com as substâncias, a filosofia trata de todas as substâncias sujeitas à geração e à corrupção e também das substâncias corporais incorruptíveis e igualmente da substância composta de matéria e forma imaterial, que é o homem, e também da própria forma imaterial, isto é a alma racional e enfim dos cinco graus ou ordens das substâncias materiais, a saber: dos corpos simples, dos compostos inanimados, dos apenas vegetais, dos que apenas sentem e dos racionais, bem como de todas as propriedades deles. Nada resta, portanto, para se conhecer cientificamente nas coisas, exceto as substâncias imateriais; elas constituem, portanto, o objeto adequado desta ciência. Toda esta exposição pode ser confirmada, primeiro, por um duplo testemunho de Aristóteles. Um é o livro IV da *Metafísica*, texto 4 onde diz que tantas são as partes da filosofia quantas as substâncias. Donde, assim como há duas substâncias, a saber, a material e a imaterial, assim também há duas ciências que filosofam sobre as substâncias; donde conclui que a filosofia primeira é a que considera a substância primeira, isto é, a imaterial. O outro testemunho é o VI da *Metafísica*, texto 3 onde Aristóteles diz que se não houvesse substâncias que abs-

traíssem da matéria de acordo com o ser, a filosofia natural seria primeira e nem seria necessária, à parte dela, uma outra ciência. Portanto, todo o constitutivo nocional objetivo desta ciência, que, a seu modo, a constitui e distingue das outras, é a substância imaterial; portanto, esta é o objeto adequado dela. Em segundo lugar confirma-se, pois, geralmente, a filosofia natural, a matemática e a metafísica se distinguem a partir da abstração dos objetos, pois a física considera as coisas constantes de matéria sensível; a matemática abstrai desta matéria de acordo com o constitutivo nocional, mas não de acordo com o ser e por isso se diz que não abstrai da matéria inteligível; a metafísica, no entanto, abstrai da matéria, tanto sensível quanto inteligível, não apenas de acordo com o constitutivo nocional, mas também de acordo com o ser; ora, apenas a substância imaterial abstrai da matéria de acordo com o ser; logo, ela é o objeto adequado desta ciência.

15. No entanto, este parecer, como disse, não tem maior probabilidade do que o precedente; donde, não haver nenhum autor de peso que o defenda, pois em toda a exposição feita, procede restritivamente. De fato, esta exposição prova corretamente que as substâncias imateriais pertencem sobretudo ao objeto desta ciência. Prova também que, das coisas subsistentes na natureza das coisas, nenhuma outra cai por si e de acordo com seu próprio constitutivo nocional, sob o objeto desta ciência, exceto as substâncias imateriais, como pouco abaixo dizemos contra Egídio Romano. No entanto, nem prova, nem conclui corretamente que a substância imaterial, como tal, é objeto adequado desta ciência, pois nas próprias substâncias imateriais podem ser considerados outros constitutivos nocionais ou conceitos objetivos mais universais e mais comuns, sobre os quais pode ser transmitida alguma ciência, de acordo com o constitutivo nocional adequado, pois a estes constitutivos nocionais correspondem princípios próprios e propriedades; ora, nenhuma outra ciência, exceto a metafísica, considera estes constitutivos nocionais; portanto, o objeto adequado da metafísica deve ser indicado sob algum constitutivo nocional mais universal. Portanto, ainda que concedamos à exposição e indução feita que todas as coisas materiais de acordo com aqueles constitutivos nocionais nos quais não se reúnem com as imateriais, são suficientemente conhecidas cientificamente pelas outras ciências, distintas da metafísica, não se conclui corretamente que a substância imaterial, como tal, é objeto adequado desta ciência, pois ainda restam os constitutivos nocionais comuns a ambas as coisas ou substâncias, quanto aos quais podem ser feitas demonstrações próprias.

16. *Explicam-se os testemunhos de Aristóteles aduzidos a favor da opinião precedente.* – *O que é abstrair da matéria de acordo com o ser.* – Por isso, também nada se pode coligir em contrário a partir dos testemunhos de

Aristóteles; com efeito ele próprio, como veremos imediatamente, indica frequentemente, para esta ciência, um objeto mais universal do que é a substância imaterial. No primeiro lugar citado diz apenas que as substâncias materiais e imateriais, de acordo com seus constitutivos nocionais próprios, pertencem a ciências diversas e que aquela ciência que considera as substâncias imateriais é anterior por natureza e dignidade. Ora, tanto um como o outro é veríssimo, ainda que a substância imaterial como tal não seja o objeto adequado de tal ciência, mas de algum modo, próprio, na medida em que é considerado somente por esta ciência, tanto de acordo com o seu constitutivo nocional imediato, quanto de acordo com todo constitutivo nocional superior incluído neste; também de acordo com todo constitutivo nocional inferior ou parte subjetiva que possa ser considerada sob tal constitutivo nocional. No lugar seguinte, porém, a condicional «Se não houvesse outra substância superior além das materiais, a filosofia natural seria primeira, nem seria necessária uma outra ciência» é veríssima, não porque a substância imaterial seja o objeto adequado da filosofia primeira, mas porque, subtraída esta substância, excluir-se-ia o objeto, tanto próprio quanto adequado, da filosofia primeira, porque excluir-se-ia, não só a substância imaterial mas também todos os constitutivos nocionais do ente ou da substância, comuns às coisas imateriais e materiais; dada esta hipótese, assim como não haveria entes imateriais, assim também não haveria constitutivos nocionais do ente abstraído da matéria de acordo com o ser e, por isso, não seria necessária outra ciência distinta. A partir do que, consta também que a segunda confirmação não conclui corretamente, pois, não apenas a substância imaterial como tal, mas também todo constitutivo nocional do ente mais abstrato ou superior a ela, abstrai da matéria sensível e inteligível de acordo com o ser; pois, abstrair da matéria sensível e inteligível, de acordo com o ser, nada de outro é senão que possa na natureza das coisas verdadeira e realmente existir sem matéria; isto, porém, é verdadeiro, não apenas da substância como tal, mas também de qualquer constitutivo nocional superior que, como é suficiente para poder existir na própria substância imaterial, consta também que pode existir nas coisas sem matéria.

17. Dirás: seja que isto é verdade; no entanto, este gênero de abstração cabe de modo diverso à substância imaterial como tal e aos constitutivos nocionais superiores; pois cabe à substância ou ao ente imaterial por si, positiva e necessariamente, pois nem o constitutivo nocional comum da substância imaterial nem algo sob ele contido pode existir na matéria; no entanto, os constitutivos nocionais mais gerais, como são o constitutivo nocional do ente, da substância, do acidente e semelhantes participam desta abstração apenas permissivamente (por assim dizer) e como que por outro; com

efeito, podem existir sem matéria como constitutivo nocional de uma parte a eles sujeita, mas não é incompatível com eles ser na matéria como constitutivo nocional de outra parte.

Responde-se: isto nada obsta a que estes constitutivos nocionais estejam sob o objeto desta ciência e que participem suficientemente de sua abstração pois, por isso mesmo que estes constitutivos nocionais podem existir sem matéria, não podem pertencer a uma filosofia ou ciência inferior como é conhecido por si mesmo. Nem requerem também outra ciência além desta; pois, ou seria anterior à metafísica, o que não se deve afirmar, já que a metafísica é a filosofia primeira, como vimos, a partir de Aristóteles, e já que não há objeto cognoscível cientificamente mais nobre do que é a substância imaterial, visto abarcar a Deus; ou seria alguma ciência posterior e inferior; isto também não pode ser dito, tanto porque à ciência pela qual são consideradas as substâncias imateriais, de acordo com seus constitutivos nocionais próprios, é muito mais possível serem considerados outros constitutivos nocionais que estão nelas, embora sejam comuns a outras coisas inferiores; como também porque a ciência humana e natural mal pode atingir as substâncias imateriais, a não ser principiando pelos constitutivos nocionais que sejam comuns a estas substâncias e às outras coisas. Pelo que, basta para o objeto desta ciência que no seu conceito objetivo não se inclua a matéria, nem sensível nem inteligível. Que na verdade inclua também algo incompatível com a matéria, isto pode caber a uma certa excelência ou propriedade do objeto, mas não constitui o objeto adequado. A este e ao parecer precedente pode ser reduzido o que Avicena refere no princípio de sua *Metafísica*, isto é, o daqueles que diziam que a primeira ou as primeiras causas das coisas são o objeto adequado desta ciência. Opinião que, tomada assim de modo absoluto, é por si improvável; no entanto, como o conhecimento das causas pertence a esta ciência, dir-se-á na seção seguinte.

A QUINTA OPINIÃO É PROPOSTA E REFUTADA

18. A quinta opinião, que fica também, com mais forte razão, refutada pelo que foi dito, é completamente diversa das duas precedentes, de acordo com seus diversos sentidos; diz, com efeito, que o ente dividido em dez predicamentos é o objeto adequado desta ciência. Ora, este ente pode ser concebido de dois modos, de acordo com opiniões diversas. Primeiro, supondo que as substâncias imateriais finitas e seus acidentes estão colocados nos predicamentos; deste modo, o objeto será o ente finito e excluí-se apenas Deus do constitutivo nocional do objeto, embora não seja excluído totalmente da consideração desta ciência, pelo menos na medida em que é a

causa primeira de seu objeto. Deste modo, Domingos de Flandres defendeu esta opinião, no I *Metaf.*, q. 1. Pode haver um outro sentido, se supusermos, de acordo com a opinião de outros, que todas as substâncias imateriais não estão colocadas em nenhum predicamento; suposto isto, todas elas são excluídas de tal objeto, se estatuirmos que este é apenas o ente dividido em dez predicamentos. O que estes autores, assim coligem de Aristóteles, pois, depois que ele constituiu o ente como objeto desta ciência, no livro IV da *Metafísica*, imediatamente o dividiu em dez predicamentos no livro V. Acrescentam também o testemunho de Sto. Tomás, que, às vezes, ensina que Deus e as inteligências são considerados pelo metafísico como princípios e causas do seu sujeito, não como partes dele. Aduzem também algumas conjecturas que, em parte, tratando a terceira opinião, foram resolvidas, pois aquelas razões pelas quais parecia ser provado que Deus não pode ser o objeto principal desta ciência, a não ser que seja o adequado, são empregadas por estes autores para provar que não pode, de modo nenhum, ser objeto; mas já foi respondido a elas. A outra parte delas será resolvida ao examinar o parecer verdadeiro.

19. *Deus pertence a esta ciência, não apenas como causa do objeto da metafísica, mas também como sua parte principal.* Portanto, esta opinião é falsa e improvável em ambos os sentidos; em primeiro lugar deixo de lado o segundo sentido, que supõe um parecer claramente falso e que nada tem a ver com o presente assunto, a saber, que as substâncias imateriais finitas e suas propriedades não são colocadas nos predicamentos; com efeito isto é dito sem fundamento, uma vez que nestas coisas há verdadeiros gêneros e diferenças bem como conformidades unívocas com as coisas inferiores, como mostraremos no que segue nos lugares próprios. Também, isto em nada diz respeito à indicação do objeto de uma ciência. Com efeito, o que importa que a coisa esteja ou não esteja num predicamento, para ser colocada ou não sob o objeto de uma ciência? Além disso, por esta razão, também exclui-se, sem causa, Deus, deste objeto, de acordo com o primeiro sentido, pelo fato de que não é colocado nos predicamentos; de fato, isto não é pertinente. Em seguida, é falso que esta ciência não trate de Deus como de seu objeto primeiro e principal, mas apenas como de um princípio extrínseco. O mesmo deve ser dito a respeito das outras inteligências, como se colige claramente de Aristóteles no livro IV da *Metafísica*, texto 7, onde diz que a metafísica supera a filosofia natural porque considera a primeira substância, seguramente como objeto principal, pois como princípio extrínseco é também considerada de algum modo pela filosofia, como é manifesto no livro VIII da *Física*. Além disso, Aristóteles diz no livro VI, c. 1 que porque, além das substâncias naturais, se dá uma outra superior, dá-se também uma ciên-

cia superior à que é a filosofia natural, a qual considere sobre esta. Entende, portanto, o «considerar sobre esta» como sobre o objeto principal. Do mesmo convencem o bastante todos os argumentos em favor da terceira e da quarta opiniões aduzidas. Pois, Deus é um objeto naturalmente cognoscível cientificamente, de algum modo, (entenda-se que o mesmo é dito sempre sobre as outras inteligências); portanto, pode cair sob alguma ciência natural, não apenas como princípio extrínseco, mas também como objeto principal; portanto, esta dignidade pertence a esta ciência. Prova-se a consequência, tanto porque esta é, de todas as ciências naturais, a primeira e a mais digna, que não deve ser privada desta excelência, sem causa, como também porque não é possível que Deus seja investigado naturalmente, por uma via e de um modo mais elevado do que se faz nesta ciência. Donde se confirmar que esta ciência não considera a Deus apenas sob a precisa referência de princípio, mas, depois que chega a Deus e o encontra sob o dito constitutivo nocional de princípio, investiga de modo absoluto sua natureza, como consta do livro XII da *Metafísica*; portanto, Deus cai de modo absoluto sob o objeto desta ciência. Confirma-se, em segundo lugar, pois esta ciência é a mais perfeita sabedoria natural; logo considera acerca das causas primeiras e as mais universais e dos princípios os mais gerais, os quais abarcam o próprio Deus, como «tudo é ou não é» e semelhantes; portanto, é necessário que Deus seja abrangido sob o seu objeto.

20. Nem Sto. Tomás jamais ensinou o oposto, mas apenas que esta ciência chega ao conhecimento de Deus sob o constitutivo nocional de princípio; no entanto, não nega que a mesma ciência trate de Deus como do objeto principal, como pode facilmente constar a partir dos mesmos lugares e do que diremos abaixo. Que Aristóteles dividiu o ente em dez predicamentos, nada obsta. Pois, se esta divisão for entendida apenas a respeito daqueles que são colocados diretamente no predicamento, consta assim que o que é dividido não é o ente, na medida em que é o objeto adequado desta ciência, pois este abarca não apenas os entes que são colocados diretamente nos predicamentos, mas também os outros constitutivos nocionais transcendentais e análogos, como os do acidente, da forma e semelhantes e também as diferenças dos entes. Se, porém, for entendido sob esta divisão, aquilo que é reconduzido a estes cabeçalhos, assim também Deus pode ser dito reconduzir-se à substância; portanto, o ente ou a substância, na medida em que é o objeto desta ciência, não exclui Deus ou as inteligências.

21. *A sexta opinião é proposta e formula-se um juízo sobre ela.*

A sexta opinião, que se diz ser de [João] Buridano, é que o objeto adequado desta ciência é a substância na medida em que é substância, isto é, na medida em que abstrai da material e imaterial, da finita e infinita. Que,

de fato, este objeto não possa ser mais restrito, prova-o suficientemente o que foi dito contra as três opiniões imediatamente precedentes. Que, porém, nem possa ser mais abstrato, pode-se coligir de Aristóteles no livro VII da *Metafísica*, texto 5, onde, depois da divisão do ente em substância e acidentes, como tivesse dito que só a substância é pura e simplesmente ente, conclui da seguinte maneira: *pelo que devemos considerar sobretudo, em primeiro lugar e apenas (por assim dizer) sobre o que é o ente, deste modo*. Por quais palavras, só a substância parece constituir o sujeito desta doutrina. Donde escrever de novo no princípio do livro XII, do seguinte modo: *A consideração é sobre a substância, já que são procurados os princípios e as causas das substâncias*. Lugares dos quais colige-se também um argumento, pois a substância e o acidente são assim comparados, que a substância é para si, o acidente, porém, é propriedade da substância; portanto, esta ciência trata da substância como do sujeito e do acidente como propriedade do sujeito; portanto, o sujeito adequado desta ciência não deve ser constituído mais abstratamente do que o é a substância como tal. A consequência é clara, pois nada pode ser mais abstrato senão algo diretamente ou denotativamente comum à substância e ao acidente. Ora, isto não deve ser estabelecido, pois o sujeito adequado de uma ciência não é comum a este sujeito, do qual as afecções são demonstradas, e às próprias afecções, mas o objeto adequado é aquele sujeito do qual as afecções são demonstradas. De outro modo, cairiam igualmente sob a ciência o sujeito e as propriedades que são ditas dele. Ora, do constitutivo nocional comum a ambos (que seria estabelecido como objeto adequado) nada poderia ser demonstrado, o que é muito absurdo. Logo, como a substância e o acidente apresentam-se como sujeito e propriedade, não se deve indicar um objeto desta ciência, que seja mais abstrato que ambos e comum a eles diretamente e por si. Portanto, será somente a substância como tal; com efeito, o acidente não pode sê-lo, como é conhecido por si mesmo, mas será considerado por esta ciência, como a afecção adequada da substância.

22. Isto pode ser explicado e confirmado por meio de exemplos, pois a ciência que considera acerca do ente humano e demonstra dele suas propriedades, não tem por objeto adequado algo comum ao ente humano e suas propriedades, mas apenas o próprio ente humano. Semelhantemente, a filosofia natural tem por objeto adequado a substância natural, cujas propriedades demonstra, e não algo comum a ela e a suas propriedades. Portanto, neste caso, deve-se dizer o mesmo a respeito da substância e do acidente como tais. Se objetares contra este parecer, que esta ciência considera o constitutivo nocional do ente como tal que, é claro, é mais amplo do que a substância e dele demonstra as propriedades que, também é claro, são mais

amplas e comuns aos acidentes, pode se responder que tudo isto é análogo e converte-se em primeiro lugar e pura e simplesmente com a substância e por isso, é o mesmo demonstrá-lo do ente e da substância; pois o ente, dito pura e simplesmente, nada de outro é senão a substância, especialmente se é verdadeiro que ao ente como tal correspondem, não um, mas vários conceitos objetivos.

23. Esta sentença tem algo de verossimilhança e de aparência de verdade. Na verdade, os que negam o conceito objetivo de ente, bastante consequentemente fariam deste modo, pois, se não há nenhum conceito objetivo comum da substância e do acidente, não se concebe realmente nada mais abstrato, que possa ser objeto adequado desta ciência. No entanto, esta opinião é pura e simplesmente falsa e alheia ao pensamento de Aristóteles, pois, como se mostrará é pura e simplesmente mais verdadeiro dar-se o conceito objetivo de ente de acordo com um constitutivo nocional abstraível da substância e do acidente, a respeito do qual, por si e como tal, alguma ciência pode versar, explicando seu constitutivo nocional e unidade e demonstrando dele alguns atributos. Ora, isto se faz nesta ciência, como consta de seu desenvolvimento, nem pode pertencer a uma outra, pois nenhuma é anterior a esta ciência e nenhuma, exceto esta, considera os constitutivos nocionais dos entes, que abstraem da matéria de acordo com o ser. Ora, o constitutivo nocional objetivo do ente como tal abstrai da matéria de acordo com o ser; até mesmo é o primeiro e o mais abstrato de todos. Por isso, deve pertencer à ciência ou filosofia primeira. Portanto, o constitutivo nocional da substância não pode, como tal, ser o constitutivo nocional adequado do objeto desta ciência, pois não contém sob si o constitutivo nocional do ente, como tal, mas antes está contido sob este. Assim como este constitutivo nocional é, de acordo com o conceito e objetivamente, diverso do constitutivo nocional da substância e se estende mais do que este, tem igualmente princípios e atributos mais universais e mais abstratos. Por isso, não pode ser reconduzido adequadamente a este quanto ao constitutivo nocional do objeto cognoscível cientificamente, pois, embora seja análogo, é, uno e comum, não apenas quanto à unidade da palavra, mas também quanto à do conceito objetivo e de sua abstração.

24. Pelo que também se entende que, na exposição ou no fundamento deste parecer, não se procede corretamente. Em primeiro lugar porque se supõe que o acidente é o atributo adequado, que esta ciência demonstra do sujeito, o que é falso, tanto porque demonstra primeiramente de seu sujeito outros atributos mais universais do que seja o acidente como tal, como são o uno, o verdadeiro, o bem. Como também porque nem da substância como tal, demonstra-se o acidente como afecção adequada. Pois dá-se alguma

substância que não pode ter acidente; portanto, se fosse objeto adequado desta ciência aquilo que é do mesmo modo sujeito adequado do acidente, não se deveria sustentar que a substância como tal, mas sim a substância finita seria o objeto adequado desta ciência, o que, no entanto, é falso como mostramos. Donde, pelo contrário, se a substância como tal for posta como objeto adequado, devem ser estabelecidas as propriedades que possam ser demonstradas dela adequadamente e caibam a todas as substâncias; essas, no entanto, talvez não sejam outras senão aquelas que são comuns e cabem por si em primeiro lugar ao ente na medida em que é ente. Pois a substância finita e a infinita não parecem ter nenhuma afecção comum e adequada, exceto o constitutivo nocional do subsistir e a negação de inerência, que o acompanha intrinsecamente. Acresce que, embora todo acidente se diga propriedade da substância, na medida em que é afecção dela, nem sempre esta propriedade é tal, que resulte por si do constitutivo nocional da substância; por isso, nem sempre é considerado como propriedade, que se demonstre da substância como do sujeito adequado, pois somente aquelas propriedades, que resultam por si do constitutivo nocional do sujeito, se demonstram deste modo. Enfim, embora o próprio acidente seja algo da substância, nele, como tal, pode às vezes ser considerado algo como que em absoluto; por isso, às vezes alguma ciência pode versar apenas sobre os acidentes, como a matemática sobre a quantidade.

25. *O acidente pode ser sujeito de alguma ciência.* – Portanto, esta ciência, que é a mais universal, não considera o acidente apenas como propriedade demonstrável da substância, mas como ele próprio participa do constitutivo nocional e das propriedades do ente, embora as participe sempre em ordem à substância. Pelo que, não são semelhantes os exemplos que foram aí aduzidos. Nem as palavras de Aristóteles são incompatíveis com o que ele próprio ensinou em outros lugares, como logo veremos; com efeito, não pretende excluir o acidente, mas antepor-lhe a substância e atribuir à substância o primeiro e principal lugar, como Sto. Tomás explicou corretamente e como se colige do próprio Aristóteles no livro IV da *Metafísica*, texto 20 e das palavras do mesmo no lugar citado do livro VIII, se corretamente ponderadas, pois diz que *deve-se considerar sobretudo e primeiramente sobre a substância*; quando acrescenta *apenas*, ajunta uma limitação *por assim dizer*, como que significando que isto se diz por exagero, pois, pura e simplesmente, deve-se considerar não apenas sobre ela. No entanto, de certo modo pode ser dito que somente ela deve ser considerada, pois somente ela é investigada por si mesma, mas os acidentes quase apenas por causa dela.

Define-se o que é o objeto adequado da metafísica

26. Deve-se dizer, portanto, que o ente, na medida em que é ente real, é o objeto adequado desta ciência. Este é o parecer de Aristóteles no livro IV da *Metafísica*, quase no princípio, que aí seguem St. Tomás, o Halense, Escoto, Alberto, Alexandre de Afrodisia e vários outros. Também o Comentarador, aí, no livro II, coment. 14 e no livro XII, coment. 1, Avicena, no livro I de sua *Metafísica*, c. 1, Soncinas, no comentário ao IVº livro da *Metafísica*, q. 10, Egídio Romano, no comentário ao livro I, q. 5 e quase todos os escritores restantes. Esta asserção é provada pelo que foi dito até agora contra os demais pareceres. Com efeito, foi mostrado que o objeto adequado desta ciência deve compreender Deus e as outras substâncias imateriais, não, porém, só elas. Também deve compreender não apenas as substâncias, mas também os acidentes reais, mas não os entes nocionais e totalmente por acidente; ora, tal objeto não pode ser nenhum outro exceto o ente como tal; logo este é o objeto adequado.

27. *Resolve-se uma objeção contra a asserção.*

Ora, para que esta asserção seja explicada mais amplamente deve-se enfrentar uma objeção que se apresenta imediatamente, pois, para algo constituir objeto de ciência, é necessário que tenha propriedades que possam ser demonstradas dele e princípios e causas pelos quais possam ser demonstradas; ora, o ente, na medida e, que é ente, não pode ter tais propriedades, princípios e causas; logo. A maior é assente, pois este é o papel da ciência, isto é, demonstrar as propriedades do seu sujeito, as quais deve demonstrar pelas causas para que haja ciência perfeita, como consta do livro I dos *Posteriores*. A menor, porém, quanto à primeira parte, é manifesta, pois o ente, na medida em que é ente, assim abstraído, está incluído por si e essencialmente em todo ente e em todo modo ou propriedade de qualquer ente; portanto, não pode ter propriedade de tal modo adequada e própria, pois o sujeito não pode fazer parte da essência de sua propriedade. Quanto, porém, à parte seguinte, prova-se, pois o ente na medida em que é ente, abrange a Deus, que é sem princípio e sem causa; portanto, o ente, na medida em que é ente, não pode ter princípios e causas, porque do contrário tais princípios e causas deveriam caber a todo ente, pois o que cabe ao superior, na medida em que é tal, deve caber a todo o contido sob ele. Confirma-se, pois esta ciência é a mais nobre; ora, o ente, na medida em que é ente, é o mais imperfeito objeto, pois é o mais geral e está incluído até mesmo nos entes ínfimos e muito mais perfeita seria a substância ou a substância espiritual ou Deus.

28. *Quais propriedades a metafísica demonstra do seu objeto.* – Responde-se negando a primeira parte da menor, pois, na verdade, o ente tem suas propriedades distintas, se não quanto à coisa, pelo menos quanto ao

constitutivo nocional, como são o uno, o verdadeiro, o bem, o que mostraremos logo na disputação terceira onde explicaremos se o ente se inclui intrinsecamente e por si em tais propriedades e se aquele princípio, de que o sujeito não seja da essência da propriedade, deve ser limitado, quer às propriedades realmente distintas, quer aos sujeitos que não expressam constitutivos nocionais transcendentais, ou se, de preferência, deve-se dizer que estas propriedades não são em nada reais, quanto àquilo que acrescentam sobre o ente e basta que o ente não se inclua nelas quanto àquilo que acrescentam sobre o ente, o que é mais provável, como veremos. Donde, o argumento apresentado poder ser revirado ao contrário, pois várias propriedades, que esta ciência demonstra, não cabem imediatamente senão ao ente, na medida em que é ente e em explicá-las versa em grande parte; portanto, este é o objeto adequado desta ciência, pois é sujeito da ciência, aquilo do qual as propriedades mais gerais na ciência são demonstradas imediatamente e por si.

29. *Quais princípios também requer.*

À parte seguinte responde-se primeiro que os princípios que podem ser requeridos na ciência são divididos em dois; alguns são ditos complexos ou compostos, como são aqueles a partir dos quais a demonstração é construída; outros são simples, que são significados pelos termos, que são assumidos no lugar do mediador na demonstração *a priori*. Os primeiros são ditos princípios de conhecimento e os outros princípios de ser. Logo, nesta ciência não faltam princípios complexos; até mesmo, como veremos abaixo, cabe-lhe explicar e confirmar os princípios e estabelecer o primeiro de todos os princípios, pelo qual os outros sejam, de certo modo, demonstrados. No entanto, os princípios incomplexos podem ser entendidos de dois modos; primeiro, que sejam verdadeiras causas, distintas de certo modo, de acordo com a coisa, dos efeitos ou propriedades, que são demonstrados por elas. Tais princípios ou causas não são pura e simplesmente necessários para o constitutivo nocional do objeto, pois não são necessários para a construção de verdadeiras demonstrações, como consta do livro I dos *Posteriores*. Com efeito, Deus é um objeto cognoscível cientificamente e dele são demonstrados atributos, não apenas *a posteriori* e a partir dos efeitos, mas também *a priori* inferindo um do outro, como a imortalidade a partir da imaterialidade e ser agente livre, pois é dotado de inteligência. De outro modo, é dito princípio ou causa, aquilo que é constitutivo nocional de outro, na medida em que são concebidos e distinguidos objetivamente; este gênero de princípio basta para que haja mediador da demonstração, pois basta para, como que, fornecer o constitutivo formal pelo qual tal propriedade cabe à coisa. Portanto, embora concedamos que o ente, na medida em que é ente, não tem

causas própria e rigorosamente tomadas do primeiro modo, tem algum constitutivo nocional de suas propriedades; deste modo, mesmo em Deus, tais constitutivos podem ser encontrados, pois, a partir da perfeição infinita de Deus, damos a causa de por quê é apenas um e assim em relação ao demais. Pelo que podemos revirar também esta parte do argumento, pois o ente, na medida em que é ente, é de si objeto cognoscível cientificamente, tendo suficiente constitutivo nocional formal e princípios suficientes, para que dele sejam demonstradas propriedades; logo, alguma ciência pode versar a seu respeito, a qual não é outra, exceto a metafísica. Se, porém, o ente, na medida em que é ente, tem de algum modo causas verdadeiras e reais, diremos abaixo na disputação sobre as causas.

30. *De que modo o constitutivo do ente é mais perfeito e mais imperfeito a respeito dos inferiores.*

Para confirmação, responde-se a partir de Sto. Tomás, I^a, q. 4, a. 2 ad 3 que, embora o ente, tomado precisamente e distinto quanto ao constitutivo nocional, seja menos perfeito do que os graus inferiores, que incluem o próprio ente e algo de outro, pura e simplesmente o ente ou o próprio ser, na medida em que se encontra na coisa com tanta perfeição quanta pode ter no constitutivo nocional do ser, é algo perfeitíssimo. Portanto, esta ciência, embora de um modo considere o constitutivo nocional do ente preciso e abstrato, não se detém nele, mas considera todas as perfeições de ser, que o ente pode ter na própria coisa, pelo menos sem a concreção na matéria sensível e assim inclui os entes perfeitíssimos dos quais a perfeição máxima desta ciência deve ser tomada, se for considerada em ordem às coisas que considera. Pois, se considerarmos também o modo de considerar a sutileza e certeza da ciência, isto se toma em grande parte da abstração do objeto, a partir da qual pode às vezes ter maior perfeição no constitutivo nocional do que pode ser conhecido cientificamente, embora, talvez, não seja mais perfeito no seu ser.